

Greve dos SPFs

Vencemos mais uma jornada

Passada nossa greve de quase dois meses, é hora de fazermos um balanço de nossa luta e pensarmos no caminho que devemos seguir.

Em abril passado, iniciamos a greve num momento em que era geral a mobilização dos trabalhadores pela recuperação do poder de compra dos salários achatados pelo Plano FHC e contra a Revisão Constitucional.

No serviço público federal colocávamos nossas reivindicações urgentes pela reposição das perdas salariais, pela Isonomia entre os três poderes etc. Iniciamos a greve com um quadro forte de mobilização na Fasubra, na Fenasp, (Previdência) e Assibge, meia-força na Andes (Professores), e fraca da Condsef. Apesar das dificuldades em alguns setores, derrotamos de imediato as tentativas do governo de acabar com a greve através de ameaças, da mobilização do Exército e da manipulação do Supremo Tribunal Federal. Avançamos na negociação no MEC, exigindo a transposição das tabelas, a reestruturação de cargos e os 28% da apropriação da malha salarial. Na SAF conquistamos o relatório de isonomia, que atende a várias de nossas reivindicações. Tanto no MEC quanto na SAF, avançamos em muitas negociações.

Mas a vitória de nosso movimento dependia de uma derrota geral do governo, que obrigasse a área econômica a recuar de suas posições radicais, o que só podia ser conseguido por uma greve geral. A greve geral poderia ter sido feita naquele momento em que a mobilização dos trabalhadores de várias categorias pipocava greves em todos os setores, e as classes dominantes e o governo começavam a ficar acuados. Houve vacilação da Direção Nacional da CUT, que não encaminhou a greve geral e perdeu a oportunidade de derrotar o plano e abrir espaço para o atendimento de nossas reivindicações.

O governo utilizou a tática de tentar reprimir o movimento com ameaças, sendo extremamente duro no caso da Previdência. Não conseguindo derrotar a greve por este caminho, partiu para enrolação, com falsas negociações que

se arrastavam indefinidamente. Nosso movimento, que até então se mantinha forte, começou a sofrer perdas frente à demora, à indefinição e às chantagens constantes. A área econômica do governo, preocupada em viabilizar o plano para eleger FHC, não cedeu um milímetro.

Quando não era mais possível manter o pique de paralização capaz de nos favorecer, decidimos voltar ao trabalho. A partir daí, assistimos à briga dentro do governo, entre a SAF e os militares contra a área econômica. Enquanto não sai nada, Itamar manda a imprensa publicar boatos sobre aumentos que só servem para manter o clima de enrolação. O governo não se preocupa conosco, mas sim com a vitória de seu candidato nas próximas eleições.

Por isso, a hora é de continuarmos mobilizados. Nossa greve terminou, mas ainda não alcançamos nosso objetivo. O relatório da Isonomia na SAF foi uma conquista importante, pois obrigamos o governo a admitir que nos deve a transposição de tabelas, os 28%, a reestruturação de cargos e a Isonomia. Mas falta obrigá-lo a implementar tais medidas. Por isso, precisamos fazer novas assembleias na base, nossas plenárias da Fasubra e dos SPFs para retomarmos um clima de mobilização e de luta preparando uma nova jornada até a vitória.

A LUTA CONTINUA!

(Leia mais sobre a greve e a isonomia - pág. 3 e 4)



Existem verbas no orçamento para 1ª etapa da isonomia

Balanços orçamentários da União, publicados no Diário Oficial, projetam um aumento real na arrecadação de 13 bilhões de dólares. Isso é mais do que suficiente para dar andamento na primeira etapa da isonomia.

Pág. 3

Ary responde reivindicações dos servidores

O reitor, em resposta às reivindicações dos servidores durante a greve, concordou em reduzir para 36 horas a jornada dos enfermeiros do HC, disse que viabilizará um Plano de Saúde, se mostra aberto a discutir a criação ou não de uma estatuinte. Mas é claro em afirmar que não aceita estender a jornada de 30 horas aos recém-contratados.

Pág. 4

DDRH discute turno de 6 horas

O DDRH propôs um seminário que discutirá uma política de pessoal para a UFG. No ofício que enviou às unidades o departamento questiona abertamente a jornada de 30 horas, uma conquista importante dos servidores. O Sint-UFG acha que os argumentos da administração são falaciosos.

Pág. 5

Editorial

Laboratório Silvío Pinheiro de Lemos

Análises e Pesquisas Clínicas Ltda.



EXAMES
AUTOMATIZADOS
E
HUMANIZADOS

Temos convênio
com Sint-UFG

Rua 6, nº 58, Centro Goiânia-GO Fone: 224-6915



Ótica Padrão

"O padrão de qualidade que a sua visão merece"

Estamos com ótimas qualidades em armações nacionais e importadas.

Venha e
comprove!

Av. 85, nº 1000, S. Sul (próximo à pça. do Ratinho)
Fone: (062) 223-8126 Goiânia - GO

Avançam as reformas na sede social

A Sede Social recebeu alguns serviços prioritários ao conforto e lazer do associado do Sint-UFG. Foram reformados os freezers e as geladeiras, os fogões industriais, as três churrasqueiras, as mesas de jogos (foto abaixo) e as cadeiras ao redor da piscina. Nos banheiros foram colocados espelhos e a guarita de entrada (foto ao lado) recebeu portões e vidros. Na parte lateral do clube foi instalado um portão, no vitraux da secretaria foi colocada uma grade, o gol do campo soçaite foi consertado e construíram ainda um rack para o som. Com estas modificações em suas instalações, a Sede Social tomou um novo aspecto.

SOCIAL



Afranio Andrade



Como mais um reforço à segurança dos associados, foram adquiridos medicamentos de primeiros socorros, que se encontram à disposição na Secretaria da Sede Social, no ambulatório.

Dia 16 de julho acontecem as finais do Campeonato de Futebol Soçaite, que presta homenagem em memória ao colega Argemiro Alves Machado. Na primeira partida, Hospital das Clínicas enfrenta os Veteranos, na disputa de 3º e 4º lugares; e Agronomia contra ICB na final. Serão distribuídos troféus e medalhas aos três primeiros colocados. O campeonato iniciou no dia 25, e conta com a participação de seis equipes.

A Sede Social está mais animada. Estão sendo promovidos shows diversos, tal como a Domingueira, que aconteceu dia 25 com a participação de Nóbrega e Gil.

Também o nosso bar está com mais opções em seu cardápio: suco natural de pomas de frutas e batidas de frutas naturais, caipirosca e caipirinha.

Estão sendo confeccionadas placas educativas (foto abaixo) e serviços elétricos na portaria.



Afranio Andrade

Participação dá força ao Programa da Moradia

O Programa de Melhoria da Moradia dos Funcionários da UFG continua na luta, encaminhando atividades que garantam o exercício de morar, através de ações coletivas, participativas e solidárias. Para tanto, estamos hoje com um grupo maior. Além do retorno de antigos colegas que estavam afastados da discussão e construção do Programa, juntaram-se outros que o conheceram recentemente, mas que estão dispostos a construir suas casas o mais barato possível e com qualidade.

Mesmo trabalhando com poucos recursos financeiros, a participação de todos pôs em andamento a retomada de oficinas (de serralheria, de vigas e de tijolo solo-cimento) no próprio Conjunto Nossa Morada, que servirá como fonte alternativa de renda para o PMM e para as famílias que estiverem envolvidas nesse trabalho.

O projeto de Educação Ambiental é fundamental para nós, que estamos comprometidos com a qualidade de vida. Entendemos que a conscientização na preservação da natureza deve começar desde cedo com a participação das crianças, aprendendo a conservar as matas, reflorestando as áreas vazias... contribuindo para viver um mundo melhor. A horta comunitária é mais um exemplo de que, afinal, nos unindo, aprendemos mais, nossa força aumenta e os obstáculos diminuem.

Construir juntos, essa é a nossa proposta. Construir casas, construindo relações de companheirismo, enfim, conquistando a cidadania. Esse é o nosso desafio!

Expediente

Jornal do

Sint-UFG

Órgão de divulgação do Sindicato dos Trabalhadores da Universidade Federal de Goiás

5ª Av, esq. c/ 227, S. Universitário Goiânia-Go

Fone: 261-4465

Diretoria

Coordenador Sindical:

Paulo Guerra

Coordenador Social:

Wilmar Ferraz

Secretário Sindical:

Pedro Rodrigues Cruz

Secretário Social:

Joaquim Leite de São José

1º Secretário de Finanças:

Júlio César Prates

1º Secretário de imprensa e Divulgação

José Nerivaldo Pimenta da Silva

Vice-Coordenador Sindical:

João Pires Júnior

Vice-Coordenadora Social:

Marilda

2ª Secretária de Imprensa e Divulgação:

Lucilene Fernandes Santana

2º Secretário de Finanças:

Pedro Batista da Silva

Assessor de Formação Política

Airvelton Machado

Produção:

ARTPRESS
COMUNICAÇÃO

Fone: 224-0682

Jornalista Responsável:

Cinara Gomes

Programação Visual:

Afranio Andrade

Departamento Comercial:

Regina Magalhães

Os artigos assinados não representam, necessariamente, a opinião da diretoria do Sint-UFG ou da ARTPress Comunicação



I e II Graus

Preparatório aos vestibulares

O Colégio Solução tem uma excelente equipe de professores, psicólogos, pedagogos, disciplina rigorosa, pequeno número de alunos por sala de aula, localização privilegiada - bem no centro da cidade - e a mensalidade cabe no seu bolso.

Antes de fazer sua matrícula em outra escola, venha conhecer todas as vantagens que você terá no Solução



Rua 8 quase esq. c/ rua 2, 105 - Centro Goiânia-Go



ANÁLISES CLÍNICAS
CITOLOGIA
ANATOMIA PATOLÓGICA
DOSAGENS HORMONAIS
ULTRA-SONOGRAFIA

CONVÊNIOS
Sint-UFG
ADUFG

RUA 84, Nº 210 S. SUL GOIÂNIA-GO
(PRÓXIMO AO CENTRO ADMINISTRATIVO)

FONE: (062) 223-3211



Laboratório Vila Nova
de Análises Clínicas

Convênios:
Sint-UFG
Ipasgo Prefeitura
Afega Saúde
Sindicatos

Hematologia
Imunologia
Parasitologia

Bioquímica
Bacteriologia
Citologia

4ª Av esq. c/ 225, nº 228, Vila Nova (em frente ao Hospital Vila Nova)
Fone: 261-4605 Goiânia - Go

EL auto escola LOTUS
RAPIDEZ E EFICIÊNCIA

Forçamento
em 30 dias

3 X

fixos ou a combinar

Fones:
271-4666
271-4414
271-6107

Av. Afílio Correia Lima nº 1810 s. 6 (em frente ao Datan) - Cidades Jardim - Goiânia-GO

Relatório da Isonomia já está com Itamar

Tabela única de vencimentos para os servidores do Executivo, extensão a todos do reajustes de 28,86% concedida ao Legislativo e Judiciário e a unificação da Gae (ou gratificação análoga) no valor pago a alguns setores (170%) são algumas propostas que constam no relatório de isonomia salarial, entregue em maio ao Presidente da República Itamar Franco pela comissão que estuda o assunto.

A comissão, composta por representantes dos três poderes da União e de suas respectivas entidades sindicais, foi criada para atender ao art. 6º, da Lei nº 8.852, de 4 de fevereiro de 1994, que dispõe sobre a

aplicação dos artigos 37, incisos XI e XII e 39, § 1º da Constituição Federal. Na análise que entregou ao presidente, ela alerta para o caso dos servidores do Executivo, cujos vencimentos encontram-se bem aquém dos demais poderes da União. Ressalta, ainda, que outras medidas são necessárias para a melhoria dentro do serviço público, como a implantação do Plano de Carreira, de consistentes programas de capacitação, bem como o reaparelhamento de diversos órgãos e entidades.

O presidente, em reunião com o Comando de Greve dos Servidores Públicos, manifestou o compromisso de que se houver recursos implantará imedia-

tamente a primeira etapa da proposta de isonomia salarial. Se for mesmo verdade o que diz Itamar, não haverá maiores empecilhos a implantação da isonomia, pois balanços orçamentários da União, publicados no Diário Oficial, evidenciam um crescimento real de suas receitas correntes, projetando um aumento de 13 bilhões de dólares na arrecadação, o que vem a confirmar os dados apresentados pelos SPFs durante a greve.

Outro fato a favor do plano de isonomia é a análise do Ministério Público da União que o aprovou integralmente, manifestando-se apenas pela criação de uma nova comissão com poderes especiais, para elaborar e discutir outros temas pertinentes à isonomia.

Implantação da Isonomia

Primeira Etapa

A implantação efetiva da isonomia entre os três Poderes da União deve contemplar a necessária repositição geral dos níveis salariais, com um adequado ajuste de curva, para que este processo não redunda numa compressão das remunerações atuais, mas sim numa justa remuneração para os servidores civis e militares da Administração Pública Federal.

Para tanto, prevê-se uma primeira etapa do processo que consistirá na elevação dos patamares salariais dos servidores civis e militares do Poder Executivo, de forma a alterar-se qualitativamente a correlação entre os Três Poderes, equiparando a nível geral os servidores do Poder Executivo aos do Poder Judiciário e do Ministério Público, diminuindo-se assim as diferenças entre os Três Poderes, ainda que estes servidores permaneçam em níveis inferiores, num primeiro momento, aos do Poder Legislativo e do Tribunal de Contas da União. Neste sentido, a Comissão recomenda que as ações a seguir indicadas sejam adotadas com vistas à consecução dos objetivos desta primeira etapa.

1. Unificação dos vencimentos

A equalização dos vencimentos básicos faz-se necessária, uma vez que no Poder Legislativo e Judiciário há uma diferença correspondente a 28,86%, que compõe a remuneração, incidindo sobre as gratificações e adicionais, caracterizando, desta maneira, como vencimento básico.

Com a extensão desta vantagem, atingir-se-á o nivelamento dos vencimentos e, dentro do princípio da transparência, esses valores, no âmbito dos Três Poderes, deverão constar da tabela de vencimentos básicos. Implementando-se o acima disposto verifica-se, ainda, a necessidade de recomposição remuneratória do pessoal militar para que seja mantido o equilíbrio entre os servidores civis e militares no âmbito do Poder Executivo.

A Lei nº 8.460, de 17 de setembro de 1992, instituiu para o pessoal civil do Poder Executivo duas tabelas de vencimentos. O anexo II dessa Lei contempla os servidores das Carreiras e de algumas Fundações e Autarquias que tinham vencimentos diferenciados, e o anexo III, onde foram incluídos todos os servidores do Plano de Classificação de Cargos - PCC, os técnico-administrativos das Instituições Federais de Ensino, bem como, os das demais fundações e autarquias. Naquela ocasião, os Poderes Legislativo e Judiciário estabeleceram para os seus servidores os parâmetros da tabela constante do mencionado anexo II.

A proposta de unificação das tabelas, com a transposição de todos os servidores da tabela do referido anexo III para a do referido anexo II, viria agora, atender um universo de cerca de 948 mil servidores, nivelando-se, assim, os seus vencimentos básicos aos demais servidores do Poder Executivo.

2. Unificação dos Percentuais de Gratificação

Outro fator importante para isonomia é a unificação do percentual das gratificações de atividades pagas aos servidores dos Três Poderes, em 170%, para todas as categorias que ainda não atingiram este percentual

Segunda Etapa

1. Estabelecimento da matriz isonômica

A segunda etapa do processo de isonomia deve consistir na construção da "Matriz Isonômica" de vencimentos para os três Poderes, de forma a assegurar, assim, o cumprimento do disposto no artigo 39, parágrafo 1º da Constituição Federal. Essa matriz deverá ser acompanhada dos critérios para hierarquização, tendo em vista os níveis de complexidade dos Cargos e Funções nos Poderes da União.

Dada a complexidade desta discussão, evidenciada, por exemplo, pelo grande número de cargos existentes nos diversos Planos - cerca de 1500 no Poder Executivo -, torna-se necessária a continuidade dos trabalhos da Comissão com o objetivo de definir os passos necessários à construção e implementação da Matriz Isonômica, que, em princípio, deverá ser elaborada segundo os seguintes parâmetros gerais:



a) piso correspondente a até 1/20 (um vinte avos) do teto, conforme o disposto no inciso I, do artigo 3º, da Lei 8.448, de 21/07/92;

b) incorporação de gratificações e vantagens, a partir da definição de critérios, ressalvadas as de caráter individual e as relativas à natureza ou ao local de trabalho, na forma do disposto no § 1º, do artigo 39, da Constituição Federal;

c) a diferença entre um padrão de vencimento e o consecutivo será, ao longo de toda a matriz, não inferior a 5% (cinco por cento), no caso de servidores civis, e

d) a diferença entre os padrões de soldo do pessoal militar será mantido o previsto na Lei nº 8.237, de 30 de setembro de 1991.

2. Conversão dos valores excedentes em teto em vantagem pessoal. O Congresso Nacional, ao apreciar os vetos da Lei nº 8.852/94, restabeleceu a alínea "r" do inciso II do artigo 5º, e o §3º do artigo 6º, mantendo, com isso, a parcela de vencimentos que ultrapassa o limite de 90%, es-

tabelecido no artigo 2º, a título de vantagem pessoal, deixando-se para esta Comissão o exame do assunto e a formulação das propostas de ajustes.

Há que se observar que o limite de 90% acima mencionado é atualmente estipulado apenas em relação ao maior valor de vencimentos, destacando-se, todavia, que, ao ser estabelecida a Matriz Isonômica de vencimentos, outros limites serão fixados, unificando-se os tetos entre os Três Poderes da União. Assim sendo, a proposta concreta da solução para as parcelas excedentes deverá ser apresentada quando da implantação da referida matriz isonômica.

Cientela da Isonomia

Visando-se atingir o âmbito adequado, a cientela a ser abrangida pela isonomia deverá incluir todos os servidores públicos federais civis e militares da Administração direta, autárquica e fundacional, inclusive os inativos e pensionistas.

Ações necessárias à finalização dos trabalhos

Entende a Comissão que devem ser adotadas as seguintes ações para a efetivação das medidas propostas neste relatório.

1 - Estabelecimento de prazos para cada uma das seguintes etapas, tão logo se possa obter a confirmação das disponibilidades de recursos e os respectivos custos.

Unificação das Tabelas de Vencimentos do Poder Executivo, com a transposição de todos os servidores posicionados na Tabela do anexo II para a Tabela do anexo III, da Lei 8.460/92. Unificação das Tabelas de Vencimento Básico dos Três Poderes; Unificação do percentual das gratificações de atividade em 170%; Definição dos critérios para incorporação das gratificações; Definição da "Matriz Isonômica".

2 - Constituição de comissão com representantes do Ministério da Fazenda e da Secretaria do Planejamento, Orçamento e Coordenação para análise e acompanhamento da variação da receita e despesa de pessoal visando a implementação das propostas.

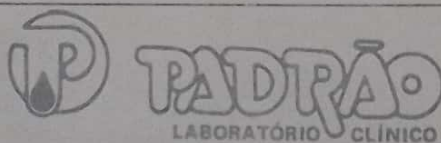
Atos Formais Indispensáveis à Efetivação da Isonomia

1 - Prorrogação dos trabalhos da Comissão, para finalizar os estudos e definir os procedimentos necessários à conclusão do processo de implementação da isonomia salarial entre os Três Poderes, e

2 - Envio ao Congresso Nacional, pelo Poder Executivo, de Medida Provisória que implemente as ações propostas neste Relatório, visando também oficializar os prazos para sua consolidação, assegurando-se, com isso, a efetivação da isonomia salarial entre os três Poderes.

A consideração superior de Vossa Excelência.
Brasília - DF, 17 de maio de 1994

Assinam o documento: Ministro de Estado Chefe da SAF e Presidente da Comissão de Isonomia, Romildo Canhin; Hilbert David de Oliveira Sousa, da Fasubra-sindical; Roberto Vieira Cavalcante, do Sindiegis; Americo Correia de Oliveira, da Fenajufe; Sebastião Duarte Xavier, do STF; Joacyr Soares de Oliveira, do STF; Gilberto Garcia Gomes, do Ministério Público; Antônio Ferreira da Trindade, do TCU; Ademar Silveira Sabino, da Câmara dos Deputados; Manuel Vilela de Magalhães, do Senado; General Márcio de Moura Barros, da Emfá; Wilson Calvo Mendes de Araújo, do Executivo.



MEDICINA LABORATORIAL

Padrão Sul (central): Rua 83-C nº 63 S. Sul
Padrão Aeroporto: Rua 7-A, nº 35, S. Aeroporto
Padrão Marista: Al. Cel. Joaquim Bastos, nº 15 S. Marista

Atendimento preferencial ao cliente:
(062) 225-9060



Temos Convênio com Sint-UGF

Análises Clínicas
Citologia
Hormônios
Elisa
Radioimunoensaio

Fones:
212-1453
225-4055

Av. Z, nº 517 S. Aeroporto - Goiânia - Go

Marroni avalia greve

A greve, que tinha como pano de fundo o combate à Revisão Constitucional e ao Plano FHC, obteve significativas vitórias políticas. Além do vale-alimentação - que agora será estendido a todos os servidores, independente da carga horária, conforme decreto da SAF, publicado em Diário Oficial dia 5 de julho - o Relatório de Isonomia Salarial é outra importante conquista. Conforme Fernando Marroni, coordenador geral da Fasubra, o relatório traz como avanços: o reconhecimento do governo federal de que foi dado um reajuste diferenciado de 28,86% ao Legislativo e Judiciário e que, portanto, é necessário unificar as tabelas dos Três Poderes, além de estender a Gae (170%) a todos os SPFs. (leia mais sobre a isonomia na página 03)

O relatório, que se encontra na mesa do Presidente da República para ser assinado, aguarda a definição dos técnicos do Ministério da Fazenda, que insistem em dizer que o Tesouro Nacional não dispõe de recursos. Pela avaliação dos representantes da SAF e dos servidores, há uma sobra de US\$ 1,9 bilhões, decorrentes da diferença entre as despesas orçadas este ano e o que foi executado até maio. Acredita-se que o grande empecilho para a isonomia seja mesmo a equipe econômica, que vê no aumento do funcionalismo riscos para a vida do Real.

A primeira etapa do projeto de isonomia custará ao Tesouro cerca de US\$ 6 bilhões e em parte seria coberto por essa folga e o restante viria pelo reaquecimento da economia após o Real, com reflexos na arrecadação. A meta da SAF é implantar a isonomia em quatro etapas: na primeira haveria um aumento entre 5% e 8% para compatibilizar as tabelas de remuneração; na segunda um reajuste de 28,8% apenas para os funcionários do Executivo, em seguida as gratificações subiriam até 100% e, finalmente, se chegaria à quarta fase, denominada "matriz isonômica".

Outras vitórias

A greve saiu vitoriosa, ainda, no que se refere à rehierarquização dos cargos do Pucrc, com a solução do enquadramento dos cargos semelhantes ao de Agente de Portaria, e outras pendências de readequação. O projeto foi enviado à SAF, mas como não podia ser editado como portaria, e sim como lei, teve que ser reescrito para ser apresentado ao Congresso Nacional pelo governo. Fernando Marroni, da Fasubra, diz que esta é uma conquista que a categoria vinha tentando desde o ano passado, e com a greve, houve disposição política do governo.

O desfecho na questão da terceirização nos hospitais universitários, com a revogação da Portaria 1.125/92, que possibilitava a contratação por fundações, e sobretudo, o compromisso da SAF junto com a declaração do Ministro da Educação de remanejar os 19.396 cargos vagos para os hospitais é mais uma conquista da greve. Marroni avalia que apesar destes cargos estarem sendo disputados pelo próprio gabinete da Presidência da República, a simples declaração do Ministro já é uma conquista, pois reforça a disposição destas vagas virem mesmo para as universidades.

Quanto aos precatórios, já foi firmado junto ao MEC o compromisso de liberação imediata após aprovação pelo Congresso Nacional do orçamento de 1994 do restante de todos os precatórios. De acordo com Marroni, "o fato de a greve unificada ter sido desmontada antes destas reivindicações serem de toda atendidas, prejudicou as negociações. Agora estamos no ritmo do governo, já que não existe mais a greve para pressionar".

Ary responde pauta interna dos servidores

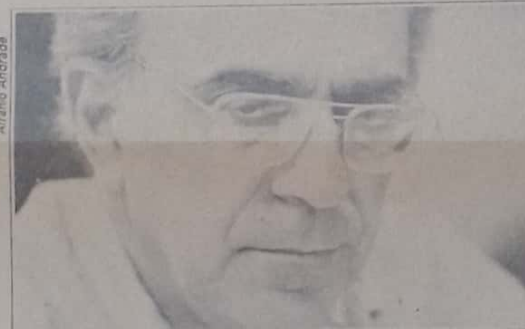
Vitórias

Em reunião dia 7 de junho, com o comando de greve dos servidores técnico-administrativos da UFG, o reitor Ary Monteiro respondeu a pauta de reivindicações da categoria. A exigência de implantação imediata de um plano de saúde, ele disse já existir uma proposta em nível nacional, apresentado ao Congresso pela SAF, em poder da deputada Maria Laura (PT-DF) para emitir parecer sobre segurança social e plano de atenção à saúde dos SPFs.

Além disso, a reitoria trabalha para a criação de um caixa de assistência, via Procom, que captará recursos financeiros para viabilizar o plano de saúde da UFG. Uma comissão, composta por dois membros do Sint-UFG, Adulf e reitoria, a ser criada dia 20 de julho, para elaborar uma proposta de plano saúde a ser apresentada aos técnicos-administrativos e professores. Estes fatos demonstram, então, que a

O movimento grevista conseguiu o compromisso do reitor de estudar a redução para 36 horas da jornada dos enfermeiros do Hospital das Clínicas. Também o apoio da reitoria para a construção de uma creche no Campus I da UFG, que se comprometeu a levantar os recursos financeiros para a viabilização do projeto. Professor Ary ainda promete estudar um local, na área da UFG, para a construção de um núcleo educacional. "Acreditamos na viabilidade de se conduzir este projeto junto ao FNDE, Prefeitura Municipal de Goiânia e Secretaria Estadual de Educação", assegura Ary Monteiro.

Ele também concordou em implantar um Departamento de Saúde e Medicina do Trabalho, sendo que já há estudos da Procom/Serviço Saúde neste sentido. A Procom também trabalha, se-



Ary Monteiro

Ary diz estudar meios para viabilizar plano de saúde e promete obter recursos para construir creche no Campus I

greve conseguiu avanços nesta área.

Quanto à isonomia para a jornada de trabalho de 30 horas, professor Ary é claro em não estender por via administrativa este benefício, apoiando-se para tal na lei 8.112/90, que reforça a obrigatoriedade do cumprimento das 40 horas semanais. O reitor também se nega a parcelar as férias, alegando que o TCU considera esta atitude como falta grave.

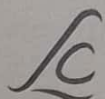
Outra reivindicação, a do pagamento do passivo trabalhista de 26,05% do Plano Verão, a reitoria diz estar se empenhando para conseguir, até o prazo final legal, o encampamento do Precatório para que a liquidação da sentença seja incluída ainda no orçamento de 1995. No entanto, a Procuradoria Jurídica da UFG, que inicialmente havia admitido o pagamento a todos os filiados do Sint-UFG do passivo trabalhista, recuou de última hora. Agora só aceita pagar aos servidores incluídos no processo do Plano Verão.

A princípio, Ary Monteiro diz ser contra a criação de uma estatuinte, por já ter sido encaminhada uma vez sem sucesso, mas se mostra aberto a discutir a questão. Sua ideia é criar comissões que apresentarão um anteprojeto a ser discutido com a comunidade universitária. Mas o movimento dos servidores técnico-administrativos da UFG defende a convocação da estatuinte, com paridade de representação por categoria.

gundo afirma o reitor, na melhoria das condições de trabalho sob o aspecto medicina e segurança. Ary Monteiro disse que todo esforço está sendo desenvolvido pela Proad para melhorar as instalações físicas e adquirir equipamentos, para que juntamente com o treinamento e aperfeiçoamento dos recursos humanos, haja um salto de qualidade na prestação dos serviços.

Quanto ao pagamento da taxa de insalubridade compatível com o local de trabalho, Ary responde que "como já há um mapeamento das áreas insalubres de toda UFG, esta questão está sendo conduzida pelo Departamento de Pessoal".

A reivindicação para cumprimento do Regime Jurídico Único (RJU), que trata das licenças para a realização de cursos pelos técnico-administrativos a reitoria responde que também há encaminhamentos neste sentido. Um anteprojeto para a criação de Recursos Humanos junto ao DDRH e um programa de capacitação de RH estão sendo encaminhados pelo Proad e neles fica claro a forma como deverão se dar os afastamentos para treinamento, capacitação e aperfeiçoamento. Atualmente, estes documentos são objetos de estudo e análises em confronto com as disposições legais e estatutárias em vigor para, se for o caso, serem revistas e, encaminhadas a decisão superior.



Laboratório Santa Clara

Prof. Célia Bárbara de O. Amorim
Bióloga
Dr. Álvaro Amorim Almeida
Bioquímico

Citopatologia
Análises Pesquisas
Clínicas e Hormonais

Rua José Hermoso, 843 Campinas - Goiânia-GO Fone: 233-4277



CLÍNICA
SÃO MARCELO

Av. Prof. Alfredo de Castro
(antiga av. B), nº 257 S. Oeste
Goiânia-GO
Fones: 225-8735 223-3184
Fax: 223-5016

Tomografia
Computadorizada
Mamografia
Ecodoppler
Ultra-Som
Raios-X

Estamos inaugurando
em julho o serviço de
desindometria óssea

Seminário discutirá 30 horas

Discutir a jornada de 30 horas semanais, a distribuição e capacitação do pessoal técnico da UFG, é a proposta do seminário sugerido à reitoria pelo DDRH. A diretora do departamento, Nazira Fátima Elias, alega que a universidade carece de uma política de pessoal que regulamente o turno de seis horas, corrigindo transtornos do tipo haver concentração de funcionários no horário das 12h às 14h, quando há um contingente menor de alunos, professores e público externo.

Ela diz que a jornada se estabeleceu de forma indisciplinada e à revelia da instituição, sem que antes houvesse uma discussão e posterior avaliação para sua implantação. Em levantamento recente, o DDRH constatou que a maioria dos órgãos e unidades acadêmicas denunciam falta de servidores técnico-administrativos, em decorrência dos vazios ocasionados pela alternância de turnos.

Para Nazira, esta carência de pessoal não é simplesmente numérica, "mas passa pela racionalização da distribuição de pessoal e da carga horária". Ela explica que o seminário não tratará apenas de discutir o turno de 6 horas, mas também a atualização do funcionário, no sentido de obter uma capacitação mais de acordo com as exigências do trabalho.

No ofício que encaminhou à reitoria, a diretora do DDRH usa ainda como argumento, para colocar em discussão a jornada de 30 horas, o fato de as chefias de departamento preferirem permutar dois servidores de seis horas por um de oito. Ela argumenta, ainda, que os servidores acabam não cumprindo nem mesmo as 6 horas, pois muitos problemas particulares são resolvidos neste período. "O simples fato de ser a jornada de seis horas uma conquista, não está automaticamente isenta de ser um equívoco", conclui Nazira.

Conforme o ofício, a política de pessoal a ser definida no seminário deve trazer respostas a questões concretas do tipo: a quem cabe a responsabilidade do cumprimento de horários? Quem define as necessidades da instituição e a consequente distribuição de servidores pelos locais e turnos? A quem compete a responsabilidade pelo cumprimento das tarefas e horários de trabalho?

Vice-Reitor critica não cumprimento de horários

"Não se trata especificamente do regime de seis horas, mas de como elas são prestadas" diz Sérgio Paulo, vice-reitor da UFG, com relação ao seminário que discutirá uma política de recursos humanos para a Universidade. Ele diz que esta é a primeira questão, pois hoje acontecem irregularidades, como o servidor que deixa o filho na creche às 12 horas, e quando volta para buscá-lo, não retorna mais ao trabalho.



Nazira e Sérgio Paulo concordam que servidores não estão cumprindo nem mesmo 6 horas



Alfano Andrade

"Não existe um documento formal na universidade que explique como devem ser cumpridas as seis horas e a verdade é que a maioria não cumpre nem mesmo as quatro horas".

Ele defende, então, uma política de recursos humanos para a instituição, mas não descarta a suspensão do regime de seis horas e a adoção do de oito. Pelo contrário, ele acha que esse assunto deverá entrar na pauta do seminário. Pois hoje, a posição do governo é clara em eliminar o turno de seis horas. Ele argumenta, ainda, que a própria Andifes - Associação de Dirigentes de Instituições Federais de Ensino Superior - votou contra a solicitação da Fasubra de apoio a extensão do vale-alimentação para todos os servidores. "Ela não só é contra quem cumpra 30 horas receba por 40 horas, como também é contra o regime de seis horas nas Universidades", explica Sérgio Paulo.

Além da jornada de seis horas, o vice-reitor, ainda espera que se discuta questões como: atualização de pessoal, abertura de cursos de reciclagem e de condições de progresso pessoal na instituição. Todas essas questões são importantes para que a UFG encontre meios para melhorar seus índices de produtividade, que segundo Sérgio Paulo, encontra-se abaixo da média das universidades brasileiras.

Mas apesar de garantir que a reitoria não usará de violência para estabelecer o turno de oito horas, ele diz que "se o seminário não produzir as linhas gerais para se chegar a uma política de pessoal, a administração vai fazer. Ela terá que criar seus grupos de trabalho e seus procedimentos. Praticamente só resta a Universidade Federal de Goiás e do Pará com a questão da jornada de 30 horas pendente. Todas as outras já resolveram a questão, ou estão com poucos servidores com esta carga horária".

Guerra: Associar improdutividade às 30h é falácia

"Nós não vamos para o seminário discutir 30 horas. Vamos para debater um projeto institucional da Universidade, seu papel e perspectivas, e que suas conquistas e resultados sejam referendadas por um processo de estatuinte", afirmou Paulo Guerra, coordenador sindical do Sint-UFG.

Segundo ele, desde que foi instalada a jornada de 30 horas, a UFG não se estruturou para melhor se usufruir dela e de suas vantagens. É necessário que a Universidade tome consciência desta realidade, que é irreversível, e criar condições para sua adaptação e melhor atender ao público. Guerra dá os exemplos do restaurante, que só funciona até às 13 horas, e que poderia funcionar até às 14h; e o choque de horários de funcionários. "Conforme o local, não há condições das pessoas dos dois turnos trabalharem ao mesmo tempo, por falta até de espaço físico. Um dos dois vai trabalhar em pé?", ironiza. O sindicato pretende discutir até mesmo a ampliação do horário de funcionamento da Universidade à noite, aproveitando de forma mais eficiente os funcionários em dois turnos (07h às 13h, 13h às 19h), e melhorando o atendimento à comunidade.

Produtividade

Paulo Guerra não aceita jogar a culpa da ineficiência da universidade na carga horária dos servidores. "Não admito a administração alegar que a jornada de 30 horas não funciona porque o funcionário não a cumpre. Quem deve fazer cumprir é a administração. Este problema é de gerenciamento". Para ele, "tentar associar a improdutividade da Universidade à jornada dos técnico-administrativos é uma falácia. A jornada, a universidade pode resolver adaptando o funcionamento com dois turnos de 6 horas. Mas administrar sem recursos, sim, prejudica a produtividade. Por exemplo, estamos em julho e a Universidade não tem ainda o orçamento deste ano, quando já deveria estar discutindo o de 1995".

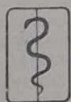
A jornada de 30 horas não é um privilégio. Para o Sint-UFG, é uma conquista, fruto da luta dos servidores, e que certamente será seguida por outras categorias. A discussão da jornada de trabalho é uma luta histórica do movimento sindical, que está ligada à condição de vida do trabalhador e da utilização da tecnologia a serviço do ser humano, reduzindo sua carga. Além do mais, já ficou provado que as seis horas ininterruptas são mais eficientes que os dois turnos de 6 horas.

Guerra ainda ressaltava a discriminação que têm sofrido os funcionários recém-contratados, não se enquadrando na jornada de 30 horas. Segundo ele, esta conquista não foi individual, pertence à categoria e todo o coletivo tem direito. "Falta entendimento político da reitoria neste aspecto".

Alfano Andrade



Paulo Guerra: cumprimento de horários é um problema de gerenciamento



DENTISTA

Célio Braz de Faria

Clínica Geral

CRO 2464

Heleninha Alves Moreira Faria

Odontopediatria

CRO 2198

Rua 94, nº 311 S, Sul Fone: 223-4725 Goiânia-GO

Instituto Goiano de Análises Clínicas

Dr. Wilmar Balestra

Bioquímica Citologia
Dosagens Hormonais

Av. Perimetral, 2079
S. Oeste Fone: 233-4858

Posto Sul Rua 127, nº 35 S, Sul
Clínica IGEM Fone: 241-8687

Convênios

SINT-UFG, ANDEF, AFECO, ACARD, BEG, CABRES, CASS, CELG, FINCEP, G.O.B., HIZITAL, IBGE, IPASGO, INSTITUTO DCS, ARQUITECTA, OAB, PREFEITURA (GOMAS), PERI, SINDICATO DO COMÉRCIO VALESA, STUEG, SINDICATO TELEGOIÁS

Camargo's Video Foto

REVELAÇÃO EM 1 HORA

Mantemos Convênio
c/ Sint-UFG

Descontos
+
Brindes

Av. Paranaíba esq. c/ Araguaia, nº 450
S. Central CEP: 74020-010 Goiânia-GO

Fone:
225-4800

Clínica Carlos Chagas

Mapeamento cerebral
Eletoencefalograma
Eletrcardiograma

Psiquiatria
Neurologia

Av. Universitária, nº 408, Centro
Fone: 225-5373

Democracia ameaçada na UFG

Está em andamento um processo de afronta, violação e cassação às conquistas democráticas na UFG. Na Agronomia, no Cepae e IQG, o voto do servidor técnico-administrativo e do aluno foi cassado. Tudo começou com a Congregação dos Professores do IQG, que aprovou novo regimento eleitoral, extinguindo o voto paritário nas eleições para diretor e vice-diretor desta unidade e instituindo o voto proporcional. Conforme o novo regimento, são necessários quatro votos de servidores para se equiparar a um voto de professor, o mesmo acontecendo no caso dos alunos.

Considerando esta atitude anti-democrática, os servidores do IQG decidiram boicotar a eleição ocorrida dia 14 de junho. Conforme Paulo Guerra, coordenador sindical do Sint-UFG, essas alterações no regimento eleitoral não são simples modificações, mas expressam sobretudo uma mudança de princípios. "A supervalorização de uma categoria em detrimento dos demais segmentos que compõem a Universidade ferem

os conceitos de democracia", argumenta Guerra.

Mas a onda de retrocesso que partiu da Congregação do IQG já se alastra pelas outras UFG. Seguindo as mesmas diretrizes autoritárias, O Fórum de Licenciatura, ao normalizar o processo eleitoral do Cepae, passou também a adotar o voto de qualidade, que se expressa no voto do professor. Esta atitude foi tomada à revelia da opinião dos demais segmentos da unidade, pois nem mesmo na Congregação de Professores do Cepae esta posição é majoritária. A exemplo dos servidores do IQG, os do Cepae também se ausentaram das eleições para diretor e vice-diretor, ocorridas dia 23 de junho e divulgaram nota de repúdio.

Paulo Guerra critica a não valorização das conquistas democráticas pela comunidade. Prova disso foi a omissão das entidades estudantis do IQG, Cepae e Agronomia, que em nenhum momento se pronunciaram contra os retrocessos que ocorreram nas eleições. E destaca ser "preciso que a comunidade universitária e todos que lutaram pelo avanço democrático da instituição estejam alertas e se posicionem para contrapor o oportunismo de algumas pessoas, pois este momento figura-se crucial na vida política da UFG".



Itamar só gasta 18% com SPFs

Sempre que se fala em cortar gastos para baixar a inflação, o governo federal impõe medidas de arrocho salarial contra o funcionalismo público federal e demissões. Dados do Tribunal de Contas da União comprovam que, ao contrário do que o Planalto diz na imprensa, não são grandes suas despesas com recursos humanos.

Enquanto mais da metade do orçamento da União é destinada ao pagamento das dívidas internas e externas, sendo que a dívida interna soma quase seis vezes mais que a externa, ao funcionalismo público coube só 18% da receita corrente. Muito abaixo dos 65% permitidos pela Constituição Federal.

Esses dados também comprovam que a posição histórica do movimento sindical está correta ao exigir o não pagamento da dívida externa, o fim da ciranda financeira e a eliminação dos subsídios e financiamentos a fundo perdido para empresários e latifundiários, que são os maiores gastos da União e onde o governo jamais discute diminuir despesas.

Sem nenhuma preocupação em investir no funcionalismo público e na qualidade do serviço público, o governo demonstra assim que não está preocupado com a saúde e educação, mas muito mais em manter o lucro fácil de banqueiros e empresários, às custas da exploração e miséria dos trabalhadores. O próprio Ministro substituto do TCU, Bento Buganin, criticou o baixo percentual registrado no pagamento de pessoal e avisou ao presidente que a perda de funcionários competentes pode colocar em risco a qualidade de serviços da máquina administrativa.

Estas informações foram publicadas no jornal Correio Braziliense, no dia 17 de junho.

Protesto contra morte de sindicalistas

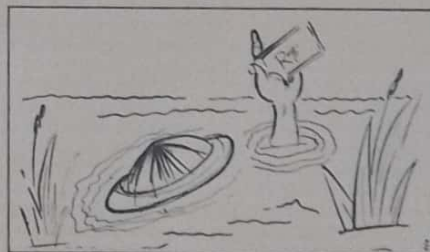
Entidades civis e sindicais reuniram-se dia 21 de junho no mini-auditório da Faculdade de Educação para protestar e exigir a punição dos responsáveis pelo assassinato de quatro militantes políticos ocorrido no início deste mês. José Luis Sundermann, 37 anos, era vice-presidente do Sindicato dos Trabalhadores da Universidade Federal de São Carlos, membro da direção nacional da Fasubra, diretor da CUT regional, do PSTU, apoiou e ajudou nas recentes greves dos bônus-frias da região de Tabatinga e São Carlos, e ultimamente cumpria destacado papel na greve dos funcionários públicos. José Luis e sua esposa, Rosa Hernandes Sundermann, 37 anos, também membro do PSTU e do movimento dos bônus-frias e trabalhadores rurais e urbanos, foram executados na madrugada de 12 de junho, dentro de sua própria casa, com tiros na cabeça. A polícia local descartou a possibilidade de ser um assalto, porque não havia sinais de violência na casa e nada foi roubado.

No dia seguinte a este assassinato, outros dois militantes do PT foram encontrados mortos crivados de bala dentro da mala de um carro. Reinaldo Guedes Miranda, 37 anos, advogado, e Hermógenes da Silva Almeida Filho, 40 anos, poeta e historiador, eram assessores da vereadora Jurema Batista, do Rio de Janeiro, e tinham acabado de sair de um debate que discutia o programa para a área de segurança do Rio. Os militantes integravam o movimento dos negros e a comissão de Defesa dos Direitos Humanos da Câmara de Vereadores daquela cidade. Reinaldo participava, ainda, da CPI que apura os responsáveis pelo crime da Candelária. No ato de protesto, as entidades participantes - Sint-UFG, CUT e filiadas, Stueg, Fetaeg, Sintel, Sintego, Aseg, DCE-UFG, DCE-UGG, UEE e Umes exigiram a imediata apuração deste crime bárbaro. E lembraram que estes assassinatos não calam a luta pela terra, pela reforma agrária no Brasil e pelos direitos dos trabalhadores.

Congresso da CUT critica plano FHC

Durante o 5º Congresso Nacional da Central Única dos Trabalhadores, as discussões se dividiram em quatro blocos. No primeiro, a CUT quis saber de seus sindicalizados um quadro da situação nacional, internacional e qual deve ser sua posição diante das eleições de 1994. No segundo, foi feita uma análise da atuação da central no período 83/93 e a partir daí levantou-se qual deve ser a estratégia política e a plataforma de ação a ser adotada. No terceiro, definiu-se uma política organizativa para a CUT e por fim foram listadas as políticas permanentes e os temas específicos de luta.

De acordo com o relatório do 5º Congresso, os anos 80 e início dos 90 foram marcados por uma série de planos econômicos que só contribuíram para a ampliação das desigualdades sociais, grande concentração de renda, arrocho salarial, fome, miséria e desemprego. O atual plano FHC também enquadra-se dentro da política neoliberal dos planos anteriores e visa apenas a dolarização da economia, deixando-a a mercê da economia americana. Diante disto, a CUT traçou o seguinte plano de lutas: recuperação dos salários e do salário mínimo; redução da jornada de trabalho e política de geração de novos empregos; moradia, saúde, educação e previdência; reforma agrária e política de crédito aos pequenos agricultores; controle dos preços; contra o plano de privatização do governo.



No combate sistemático ao desemprego, a CUT deverá seguir as seguintes diretrizes: redução da jornada sem redução de salários; combate ao abuso das horas extras pelas empresas; fim da dispensa imotivada; política de investimento público; formação profissional adequada com a participação do movimento sindical;

assentamento imediato de 100 mil famílias, acompanhamento de política agrícola voltada aos pequenos e médios produtores; política econômica voltada para o crescimento econômico com distribuição de renda; programa de geração de renda voltado aos pequenos produtores, artesãos, autônomos, entre outros.

A CUT reafirmou neste Congresso que sua estratégia de ação deve ser a "luta pelos objetivos imediatos e históricos dos trabalhadores, tendo a perspectiva de uma sociedade sem exploração, onde impera a democracia política, econômica e social", sendo que "essa sociedade é socialista e democrática". Neste sentido, o movimento sindical deve ter como ofensiva de luta imediata: o combate à reestruturação neoliberal, responsável pelo desemprego, concentração de renda; lutar pela recuperação de investimentos e pela democratização do Estado Brasileiro; defender a soberania nacional; o não pagamento da dívida externa; a reforma agrária, o assentamento dos sem-terra em áreas já desapropriadas, o crédito agrícola para pequenos e médios produtores; a reforma urbana e a democracia no mundo das relações do trabalho.

Anatomia Patológica - Citologia - Patologia Clínica



LABORATÓRIO
JARBA
DOLES

SEGURANÇA E TECNOLOGIA

Atendimento:

2º a 6º das 7:00 às 18:30h - Sábado: 07:00 às 11:50

PABX: (062) 223-4155 FAX: (062) 224-1445

End: Rua 3-A, nº 210 S. S. Aeroporto Goiânia - GO



Ceradio

Centro
especializado
em radiografias
e diagnóstico
odontológico

Dra. Lázara Mendonça Cardoso

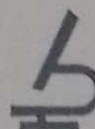
Esp. Radiologia Odontológica

CRO 2956

Coordenadora

1º Av., nº 1964, S. Universitário Goiânia - Go

Fones: 261-3942 / 212-3085



Laboratório Brasil Ltda.

Análises Clínicas
Citologia
Dosagens Hormonais

Rua 23 esq. c/ rua 5, nº 608, Centro

Fone: 225-8075 Goiânia - Go